PROCESSO Nº TST-IncJulgRREmbRep-277-83.2020.5.09.0084
C/J PROC. Nº TST-RRAg-20599-04.2018.5.04.0030
C/J PROC. Nº TST-RRAg-293-88.2022.5.21.0001

VOTO DIVERGENTE
TRIBUNAL PLENO
GMLC/lpb

RAZÕES DE VOTO VENCIDO – MINISTRA LIANA CHAIB

INCIDENTE DE RECURSOS REPETITIVOS. TEMA Nº 21. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ART. 790, §§ 3º E 4º, DA CLT. REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR SUPERIOR A 40% DO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA PARA CUSTEAR OS ENCARGOS PROCESSUAIS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE.

Trata-se de Incidente de Recursos Repetitivos suscitado pela C. 7ª Turma do TST perante a SBDI-1, para que seja apreciado por este Tribunal Pleno a questão envolvendo:

“a possibilidade de deferimento da justiça gratuita pela Justiça do Trabalho por mera declaração de pobreza, após a alteração promovida na CLT pela Lei nº 13.467/2017, que disciplinou a matéria no art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT, considerando faculdade judicial, a requerimento ou de ofício, a concessão do benefício aos que perceberem “salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social”, nos termos do § 3º; ou, ultrapassado esse limite, conceder a gratuidade de justiça “à parte que comprovar insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo”, nos termos do § 4º.”

Foram adotados todos os procedimentos legais e regimentais para a instrução do feito, conforme relatório do Exmo. Ministro Breno Medeiros.

O ilustre Relator, Min. Breno Medeiros, apresentou voto com elevada erudição acadêmica, com fundamentação robusta e bem construída, no sentido de entender pela não concessão do benefício da Justiça Gratuita mediante a mera declaração de hipossuficiência, quando a parte perceber salário superior a 40% do teto do benefício da Previdência Social, exigindo prova de sua condição financeira. Para tanto, propôs a fixação de três teses jurídicas vinculantes:

I – Após a entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, possui direito público subjetivo à gratuidade de justiça no processo do trabalho os trabalhadores cuja última remuneração do contrato de trabalho que deu ensejo à reclamação trabalhista em curso se encontre dentro dos limites estabelecidos pelo § 3º do art. 790 da CLT;

II - O benefício de gratuidade de justiça se estende, ainda, àqueles que, superando o limite do § 3º do art. 790 da CLT, comprovem, por quaisquer meios de prova admitidos em direito, que não percebem na data de solicitação do benefício renda superior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

III – Superando tal limite, caberá igualmente ao solicitante do benefício de gratuidade comprovar em juízo as causas de desequilíbrio financeiro que lhe reduzem à condição de insuficiência de recursos alegada em juízo, nos termos do § 4º do art. 790 da CLT, por se tratar de fato constitutivo do pretense direito.”

Por sua vez, o Exmo. Ministro Alberto Bastos Balazeiro apresentou voto divergente, igualmente bem motivado, com respaldo doutrinário e jurisprudencial relevante, por entender que o benefício da justiça gratuita pode ser concedido mediante declaração de hipossuficiência pela pessoa natural. Apresentou como proposta quatro teses jurídicas alternativas às apresentadas pelo voto condutor, *in verbis*:

“(i) na Justiça do Trabalho, a concessão da gratuidade de justiça, a pedido da parte, tem por fundamento a **insuficiência de recursos para arcar com os custos do acesso à Justiça**, não se confundindo com critérios objetivos de patamar remuneratório ou de renda (arts. 99, *caput*, CPC e 790, § 4º, CLT);

(ii) o pedido de gratuidade pode ser formulado por simples manifestação da parte, deduzida por pessoa natural

(art. 99, § 3º, CPC), **presumindo-se verdadeira a alegação** - presunção *iuris tantum*;

(iii) é **ônus da parte contrária** infirmar a presunção relativa de veracidade da declaração de hipossuficiência, e tal alegação de fato impeditivo de direito deve fundar-se na evidência da falta do pressuposto legal (art. 99, § 2º, CPC) - ou seja, da prova da concreta possibilidade de a parte arcar com os custos do processo, e, **não, da sua inserção em determinado patamar remuneratório ou de renda;**

(iv) **independentemente de pedido da parte**, o magistrado trabalhista tem o **poder-dever** de conceder o benefício da justiça gratuita aos litigantes que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, conforme evidenciado nos autos."

Com todas as vênias ao ilustre Relator, Exmo. Min. Breno Medeiros, **acompanho a divergência instaurada pelo Exmo. Ministro Balazeiro**, com alguns acréscimos de fundamentação e breves apontamentos para as teses jurídicas a serem firmadas ao final.

Explico.

Inicialmente, é fundamental registrar que a limitação prevista na Súmula Vinculante nº 10 do E. Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de Tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte", não se aplica a este Tribunal Pleno, por não se caracterizar como órgão fracionário, mas, pelo contrário, por ser justamente o órgão composto pela integralidade dos membros desta Corte Superior.

Assim, o momento e a instância adequados para realizar o exame da constitucionalidade dos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT, de forma incidental, são o caso dos autos e este C. Tribunal Pleno.

Como reforço argumentativo sobre a importância em se analisar a compatibilidade dos referidos dispositivos da CLT com o texto Constitucional, destaco que a questão encontra-se também judicializada no âmbito do E. Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, no bojo da **Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 80**.

Em decisão monocrática, o Relator da ADC nº 80, Exmo. Ministro Edson Fachin, entendeu monocraticamente que a concessão do benefício da justiça gratuita que adota como critério de prova para a

hipossuficiência a autodeclaração, na forma prevista no artigo 99, §3º, do CPC, não implica o afastamento da validade dos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT. Apresentou como fundamento tese bastante próxima àquela que muitas de nossas Turmas aqui no Tribunal Superior do Trabalho adotam. Veja-se:

“No caso em análise, verifica-se que não há controvérsia judicial relevante, pois nas decisões apresentadas pela Requerente não houve a declaração de inconstitucionalidade das normas objeto da ação, apenas entendimentos divergentes a respeito da aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil.

As disputas sobre a aplicação subsidiária do CPC em relação à possibilidade de comprovação da insuficiência de recursos por meio de declaração de hipossuficiência não coloca em risco a presunção de constitucionalidade dos §§3º e 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Além disso, ressalto que o art. 769 da CLT prevê a aplicação supletiva das normas processuais civis ao processo do trabalho, em caso de omissão, desde que não haja incompatibilidade.

Dessa forma, como o §4º do art. 790 determinou a comprovação da insuficiência de recursos, mas não informou como essa comprovação deveria ocorrer, pode-se, ao menos em tese, entender que o dispositivo foi omissivo, e que portanto, é cabível a aplicação subsidiária do CPC, que fornece um meio objetivo de comprovação, evitando que a concessão da gratuidade de justiça fique ao arbítrio do juiz.

Ante o exposto, com fundamento no art. 15 da Lei 9.868/99, não conheço da presente ação declaratória de constitucionalidade, em razão da ilegitimidade ativa da parte requerente e da inexistência de controvérsia judicial relevante.

Publique-se.

Intime-se.”

Ocorre que, da decisão monocrática do Exmo. Ministro Edson Fachin, a parte autora interpôs Agravo Regimental, e foi proferido acórdão pelo Tribunal Pleno do E. STF, no qual se entendeu que havia pertinência temática e existia questão constitucional relevante que merece ser apreciada, por maioria, restaram vencidos o Relator, a Ministra Carmen Lúcia e o Ministro Cristiano Zanin. Assim, o acórdão determinou o processamento da ADC nº 80, a qual ainda pende de julgamento de mérito.

Nos fundamentos apresentados pelo Redator Designado, Exmo. Ministro Dias Toffoli, ficou assentado que **“a correta**

interpretação acerca da concessão do benefício da justiça gratuita na Justiça do Trabalho pode envolver a necessidade de equalizar importantes garantias fundamentais, como o acesso à jurisdição e a defesa dos necessitados, com a própria viabilidade do sistema de Justiça, motivos pelos quais entendo que se deva permitir o regular trânsito desta ação declaratória.¹

Como se percebe, ficou reconhecido pelo Guardião da Constituição, o E. STF, a necessidade em se conferir uma correta interpretação dos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT à luz das normas constitucionais, de modo a promover o correto cumprimento de ***“garantias fundamentais, como o acesso à jurisdição e a defesa dos necessitados, com a própria viabilidade do sistema de Justiça”***², para usar os exatos termos do voto do Ministro Dias Toffoli.

Assim, não há sombra de dúvidas sobre a urgência em se definir tais parâmetros hermenêuticos e este C. Tribunal Pleno não pode se furtar a sua competência, conferida pelo próprio artigo 97 da Constituição da República, visto que a existência da ADC não impede, tampouco limita a atuação desta Corte Superior.

Isto posto, sigo ao exame dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que disciplinam a concessão do benefício da Justiça Gratuita, em consonância com os **métodos de interpretação conforme a Constituição e sistemático**.

Primeiramente, é fundamental estabelecer como premissa que o atual ordenamento jurídico se situa no contexto de **Constitucionalização do Direito**.

Ao tratar da constitucionalização do Direito, o Ministro Barroso esclarece que atualmente as disposições constitucionais incidem nas construções hermenêuticas de todos os ramos do Direito, não se fechando dentro do diploma da Carta Magna de forma hermética e isolada.³ Em seguida, complementa:

“À luz de tais premissas, toda interpretação jurídica é também interpretação constitucional. Qualquer operação de

¹ BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADC 80 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 13-11-2023 PUBLIC 14-11-2023.

² BRASIL, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADC 80 AgR, Relator(a): EDSON FACHIN, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 18-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 13-11-2023 PUBLIC 14-11-2023.

³ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, 9ª ed., p. 391.

realização do Direito envolve a aplicação direta ou indireta da Constituição. Direta, quando uma pretensão se fundar em uma norma constitucional; e indireta quando se fundar em uma norma infraconstitucional, por duas razões: a) antes de aplicar a norma, o intérprete deverá verificar se ela é compatível com a Constituição, porque, se não for, não poderá fazê-la incidir; e b) ao aplicar a norma, deverá orientar seu sentido e alcance a realização dos fins constitucionais.”⁴

Como se observa, é fundamental interpretar os parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT à luz da Constituição e com um sentido capaz de cumprir os próprios princípios constitucionais que regem o direito processual. Essa orientação é a base do atual sistema de constitucionalização do Direito, sendo dever de todo operador do Direito, em especial de todo magistrado e Corte de Justiça.

Nesse contexto, é imperativo compreender o ***princípio da interpretação conforme a Constituição***.

Como tecnicamente afirma o Exmo. Ministro Roberto Barroso, em sua obra “Curso de Direito Constitucional Contemporâneo”, o princípio da interpretação conforme a Constituição “abriga, simultaneamente, uma técnica de interpretação e um mecanismo de controle de constitucionalidade”.⁵ De forma resumida, o Ministro doutrinador ensina:

“Em suma, a **interpretação conforme a Constituição** pode envolver a **mera interpretação adequada dos valores e princípios constitucionais**, ou a **declaração de inconstitucionalidade de uma das interpretações possíveis de uma norma** ou, ainda, a **declaração de não incidência da norma a determinada situação de fato, por importar em violação da Constituição**.”⁶ (Grifos acrescentados)

O que aqui proponho reside na utilização do princípio da interpretação conforme a Constituição em suas duas vertentes: 1) utilizando o

⁴ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, 9ª ed., pp. 391-392.

⁵ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, 9ª ed., p. 263.

⁶ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, 9ª ed., p. 264.

cabedal normativo do texto constitucional (princípio da inafastabilidade da jurisdição e princípio da assistência judiciária gratuita) como bússola para a melhor interpretação dos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT, de forma a não restringir ou dificultar excessivamente a concessão do Benefício da Justiça Gratuita, e, simultaneamente, 2) compreendendo que a exigência de prova, que não seja a mera autodeclaração de hipossuficiência, prevista no §4º do artigo 790 da CLT seja aplicada somente a pessoas jurídicas, não alcançando a pessoa natural.

Assim, é possível garantir que haja o pleno cumprimento da **melhor inteligência** dos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT, **em prol do integral acesso à justiça**.

Desse modo, **no patamar mais elevado e nobre de sua competência**, este Eg. Tribunal Pleno poderia, inclusive, declarar a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto dos parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT, como forma de cumprir o princípio da interpretação conforme, em sede de **controle incidental de constitucionalidade**.

Nesse sentido, valho-me do escólio do Exmo. Ministro Gilmar Mendes e do Procurador Geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco, ao destacarem que “já em 1949, identificara Lúcio Bittencourt os casos de inconstitucionalidade da aplicação da lei a determinado grupo de pessoas ou de situações como hipótese de inconstitucionalidade parcial”.⁷

Este seria o caso dos autos, uma vez que poderia ser declarada a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto para o parágrafo 4º do artigo 790 da CLT, de modo a afastar sua aplicação a pessoas naturais, tornando-o de incidência exclusiva a pessoas jurídicas.

Porém, ainda que assim não seja adotado, é possível realizar uma interpretação conforme a Constituição dos referidos dispositivos, como será melhor apresentado neste voto.

Retomando o **método de interpretação conforme à Constituição com um olhar especial para o Processo do Trabalho**, é fundamental colher os ensinamentos do professor Carlos Henrique Bezerra Leite, ao afirmar que o Processo do Trabalho não possui mais a tradicional autonomia, que antes se propagava, ante a necessidade de constitucionalização de todos os ramos do Direito.⁸ Nesse sentido, esclarece:

⁷ MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: SaraivaJur, 2023, 18ª ed., p. 1553.

⁸ BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Manual de Processo do Trabalho**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, 6ª Edição, p. 48-50.

“No Estado Democrático de Direito, a função do Judiciário torna-se essencial para a efetivação dos direitos fundamentais.

Diante dessa **nova função jurisdicional e do reconhecimento da força normativa dos princípios da Carta Magna, o processo tornou-se alvo do fenômeno de constitucionalização**, ou seja, as **normas processuais passaram a ser interpretadas de acordo com as normas constitucionais**, tendo por escopo a adequação, a tempestividade e efetividade do acesso, tanto individual quanto coletivo, ao Poder Judiciário.

Nessa toada, para ratificar a supremacia da Constituição sobre as demais fontes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 13.105/2015 reconhece e determina, em seu art. 1º, a aplicação dos valores e princípios fundamentais estabelecidos na Constituição de 1988.”⁹ (Grifos acrescidos)

Como se observa, os **princípios constitucionais** são fundamentais e servem como **bússola para a compreensão do próprio processo do trabalho**.

Apesar de criticar o sistema positivista, por considerar que ele enxerga as normas apenas como regras, sem considerar os princípios, Ronald Dworkin aproveita alguns conceitos do positivismo e aqui iremos reproduzi-los para alcançar a reflexão jusfilosófica necessária.

Como ensina o célebre positivista H. L. A. Hart, pelas palavras de Ronald Dworkin, os sistemas jurídicos apresentam dois tipos de normas: as **normas primárias**, que irão conter o conteúdo dos direitos dos cidadãos, e as **normas secundárias**, que irão reger a forma como as normas primárias serão produzidas, por quem serão produzidas e seguindo quais ritos procedimentais.¹⁰

No sistema jurídico brasileiro, é a Constituição em primeira instância o diploma que define tanto normas primárias, na forma de direitos fundamentais e outros direitos de caráter constitucional pétreo, bem como normas secundárias, ao estabelecer importantes fundamentos e direções sobre o processo legislativo e as respectivas competências legislativas, além de atribuir ao E. Supremo Tribunal Federal o papel de guardião da Constituição da

⁹ BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Manual de Processo do Trabalho**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, 6ª Edição, p. 49-50.

¹⁰ HART. H. L.A. *Apud.* DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 31.

República e ao Tribunal Superior do Trabalho a responsabilidade por ser órgão de cúpula da Justiça do Trabalho competente para analisar violações à Constituição em matéria trabalhista.

No ordenamento jurídico brasileiro, há o reconhecimento institucional e doutrinário de que as cláusulas pétreas da Constituição compõe o núcleo duro desta regra de reconhecimento, mencionada por Ronald Dworkin. Ainda que se utilize a expressão positivista de “regra”, o termo mais técnico seria “norma de reconhecimento”, uma vez que **a Constituição contempla normas na forma tanto regras, quanto de princípios em seu texto positivado.**

Para melhor compreensão dos dois conceitos de normas, serão utilizadas as definições do jusfilósofo norte-americano Ronald Dworkin, como bem o fez o Exmo. Relator, Ministro Breno Medeiros.

Ao diferenciar regras de princípios, Ronald Dworkin ensina que a regra é regida por uma noção de tudo-ou-nada, e os princípios possuem nuances e pesos conforme a análise do caso concreto.¹¹

Nesse sentido, as normas da CLT que estabelecem disciplina para o Processo do Trabalho precisam ser interpretadas à luz da Constituição, que, no ordenamento jurídico brasileiro, contém inúmeros princípios positivados em seu texto magno.

Para explicar esta conclusão, valho-me de excerto do professor ao definir uma norma de reconhecimento:

“Sem dúvida, uma regra de reconhecimento não pode ser ela mesma válida, de vez que, por hipótese, ela é a última instância e não pode, portanto, satisfazer os testes estipulados por uma regra ainda mais fundamental. A regra de reconhecimento é a única regra em um sistema jurídico cuja obrigatoriedade depende de sua aceitação.”¹²

Assim, as normas constitucionais não podem ter sua validade questionada, mas precisam ser aceitas como padrão de reconhecimento para as demais disposições infra-constitucionais. E esse reconhecimento advém do caráter democrático que instituiu seu texto.

¹¹ DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, pp. 42-43.

¹² DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 34.

Essa força normativa da Constituição encontra legitimidade justamente no **“seu processo de elaboração democrático, aberto e participativo”**, para utilizar as palavras do professor Dr. Menelick de Carvalho Netto.¹³

Assim, mais uma vez o constitucionalismo brasileiro possui sua força como regra de reconhecimento no processo democrático que forjou o texto da Constituição da República de 1988.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 prevê como princípios norteadores para toda espécie de processo judicial os seguintes direitos fundamentais:

Art. 5º **Todos são iguais perante a lei**, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - **a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;**

LXXIV - **o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;**

Antes de tudo, é fundamental reconhecer que todos os direitos fundamentais elencados nos incisos do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 estão alicerçados no **princípio da igualdade** estabelecido em seu *caput*.

A partir dessa compreensão de que o princípio da igualdade é o pilar, a base e o fundamento de todos os direitos fundamentais, é possível reconhecer seu desdobramento dentro do conjunto normativo que disciplina o Direito Processual na forma do **“princípio da igualdade processual (paridade de armas)”**.¹⁴ Nesse sentido, ensinam Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr., *in verbis*:

¹³ CARVALHO NETTO, Menelick de. Prefácio – A urgente revisão da teoria do poder constituinte: da impossibilidade da democracia possível. In: CATTONI, Marcelo. **Poder Constituinte e patriotismo constitucional: o projeto constituinte do Estado democrático de direito na teoria discursiva de Jürgen Habermas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

¹⁴ DIDIER JR., Fredie. ZANETI JR, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. Salvador: JusPodivm, 2018, 20ª ed., p.126.

“A igualdade processual deve observar quatro aspectos:

- a) Imparcialidade do juiz (equidistância em relação às partes);
- b) Igualdade no acesso a justiça, sem discriminação (gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, etc.);
- c) **Redução das desigualdades que dificultem o acesso à justiça, como a financeira (ex: concessão do benefício da gratuidade da justiça, arts. 98-102, CPC)**, a geográfica (ex. possibilidade de sustentação oral por videoconferência, art. 937, §4º, CPC), a de comunicação (ex: garantir a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais, nos casos de partes e testemunhas com deficiência auditiva, art. 162, III, CPC) etc.;
- d) Igualdade no acesso às informações necessárias ao exercício do contraditório.”¹⁵ (Grifos acrescentados)

Juntamente com **princípio da igualdade**, que abarca a própria **igualdade processual**, é possível compreender que os **princípios da inafastabilidade da jurisdição** (art. 5º, inciso XXXV, CF/88) e o da **assistência judiciária gratuita** (art. 5º, LXXIV, CF/88) são **normas de reconhecimento** que devem balizar toda a compreensão do processo do trabalho e, em especial, dos **critérios para concessão do Benefício da Justiça Gratuita**, à luz das ideias jusfilosóficas do professor Ronald Dworkin.

Para que não seja excluída da apreciação do Poder Judiciário nenhuma lesão ou ameaça a direito (PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO), **é fundamental garantir o acesso à prestação jurisdicional aos mais vulneráveis economicamente**, o que desagua como decorrência lógica no **direito à assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes** (PRINCÍPIO DA JUSTIÇA GRATUITA).

Como muito bem ensina o professor da Universidade Estadual do Piauí e defensor público, Dr. Marcos Martins de Oliveira, “O acesso à Justiça como direito humano fundamental está previsto expressamente não só na Carta Política brasileira (CF/88, artigo 5º, XXXV), mas em diversos diplomas

¹⁵ DIDIER JR., Fredie. ZANETI JR, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. Salvador: JusPodivm, 2018, 20ª ed., p. 126.

normativos internacionais”, a exemplo da Resolução nº 2.656/2011 da Organização dos Estados Americanos (OEA).¹⁶

O professor ainda invoca como preceito a fundamentar tais diplomas nacionais e internacionais as construções doutrinárias dos professores Mauro Cappelletti e Bryant Garth, na obra “Acesso à Justiça”, traduzida e revisada pela Exma. Ministra Ellen Gracie e publicado no Brasil em 1988.

Para melhor análise da produção doutrinária, é fundamental ir direto à fonte.

Como se extrai da obra **“Acesso à Justiça”**, os professores **Mauro Cappelletti e Bryant Garth** esclarecem que o Direito tem, na história recente, sofrido críticas de profissionais e estudiosos de áreas como a economia, a sociologia, a antropologia, que são válidas e necessárias para que os operadores do Direito identifiquem as falhas dos sistemas jurídicos vigentes e trabalhem em alternativas que corrijam erros de rota, em especial para que **o exercício da garantia de “acesso à justiça” não seja apenas uma previsão legal em letra morta, mas alcance efetividade.**¹⁷

Para tratar o problema, os doutrinadores Cappelletti e Garth desenvolvem **sete ondas renovatórias para o acesso à Justiça**. A **primeira delas** consiste em oferecer **“assistência judiciária para os pobres”**.¹⁸

Dentre as barreiras impostas pela condição econômica da pessoa natural, encontram-se as custas judiciais, principalmente quando se trata de demanda envolvendo pequeno valor. Nesse sentido, Mauro Cappelletti e Bryant Garth explicam que, muitas vezes, as custas do processo não compensam o próprio valor que será deferido em relação ao direito pleiteado, o que desmotiva a judicialização de muitas demandas que se enquadram como “pequenas causas”.¹⁹ Nesse sentido, advertem que “os custos podem exceder o montante da controvérsia, ou, se isso não acontecer, podem consumir o

¹⁶ OLIVEIRA, Marcos Martins de. As sete ondas renovatórias de acesso à Justiça e a Defensoria Pública. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2023-jan-08/marcos-oliveira-sete-ondas-renovatorias-acesso-justica/> > Acesso em 11/10/2024.

¹⁷ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 3.

¹⁸ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 12.

¹⁹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, pp. 6-7.

conteúdo do pedido **a ponto de tornar a demanda uma futilidade**” (grifos acrescidos).²⁰

Ocorre que, quando se trata de **demanda trabalhista**, em regra, há **direitos constitucionais fundamentais e sociais** envolvidos, o que representa uma **afronta à primazia da Constituição chamar a judicialização de tais controvérsias de “futilidade”**.

Um sistema de justiça que dificulta ou cria excessivos entraves à concessão do Benefício da Justiça Gratuita, garantia prevista constitucionalmente dentro do gênero Assistência Judicial Gratuita, acaba por prestigiar aqueles que já possuem maiores recursos financeiros e conforto econômico suficiente para poder escolher por um processo judicial e suportam seus efeitos dilatados no tempo em que for necessário para haver um desfecho a eles favorável via prestação jurisdicional.

Nesse sentido, são valiosas as reflexões dos professores Mauro Cappelletti e Bryant Garth ao afirmarem que:

“Pessoas ou organizações que possuam recursos financeiros consideráveis a serem utilizados têm vantagens óbvias ao propor ou defender demandas. Em primeiro lugar, elas podem pagar para litigar. Podem, além disso, suportar as delongas do litígio. Cada uma dessas capacidades, em mãos de uma única das partes, pode ser uma arma poderosa; a ameaça de litígio torna-se plausível quanto efetiva. De modo similar, uma das partes pode ser capaz de fazer gastos maiores que a outra e, como resultado, apresentar seus argumentos de maneira mais eficiente.”²¹ (grifos acrescidos)

Como se extrai dos próprios ensinamentos acima transcritos, a **desigualdade econômico-financeira entre as partes**, quando não é corrigida por algum **mecanismo jurídico**, acaba por gerar um **desequilíbrio processual, aprofundando as desvantagens do hipossuficiente de alcançar prestação jurisdicional que lhe seja favorável**. A desigualdade material que existe no mundo da vida acaba sendo transportada também para o mundo dos autos, para o processo, caso não haja um instrumento ou garantia capaz de aplanar esse desnível de modo a produzir igualdade.

²⁰ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 7.

²¹ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 8.

Os obstáculos processuais postos para a prova e a consequente concessão do Benefício da Justiça Gratuita favorecem a violação ao **princípio constitucional da igualdade**.

Além disso, a parte que já possui vantagens no mundo da vida apenas irá perpetuar tais privilégios na relação processual estabelecida, com mais chances de lograr êxito em sua demanda ou defesa, tornando inócuos muitos direitos sociais trabalhistas positivados no texto constitucional.

Nesse sentido, invoco a produção doutrinária de Mauro Cappelletti e Bryant Garth:

“Um exame dessas barreiras ao acesso, como se vê, revelou um padrão: os obstáculos criados por nossos sistemas jurídicos são mais pronunciados para as pequenas causas e para os autores individuais, especialmente os pobres; ao mesmo tempo, as vantagens pertencem de modo especial aos litigantes organizacionais, adeptos do uso do sistema judicial para obterem seus próprios interesses.

Refletindo sobre essa situação, é de se esperar que **os indivíduos tenham maiores problemas para afirmar seus direitos quando a reivindicação deles envolva ações judiciais por danos relativamente pequenos, contra grandes organizações. Os novos direitos substantivos, que são característicos do moderno Estado de bem estar-social, no entanto, têm precisamente esses contornos:** por um lado, envolvem esforços para apoiar os cidadãos contra os governos, os consumidores contra os comerciantes, o povo contra os poluidores, os locatários contra os locadores, **os operários contra os patrões (e os sindicatos);** por outro lado, o interesse econômico de qualquer indivíduo - como ator ou réu será provavelmente pequeno. **É evidentemente uma tarefa difícil transformar esses direitos novos e muito importantes - para todas as sociedades modernas em vantagens concretas para as pessoas comuns.”**²² (Grifos acrescidos)

Nesse contexto de aplanar as desigualdades materiais no bojo do processo, há uma diferença acadêmica entre “assistência judiciária

²² CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 11.

gratuita” e “Justiça Gratuita”, sendo a primeira o gênero mais abrangente que abarca a segunda. 23 Nesse sentido, Mauro Schiavi esclarece:

“A Assistência Judiciária Gratuita é o direito da parte de ter um advogado do Estado gratuitamente, bem como estar isenta de todas as despesas e taxas processuais.

A Justiça gratuita é o direito à gratuidade de taxas judiciárias, custas, emolumentos, honorários de perito, despesas com editais, etc. Não terá a parte direito a advogado do Estado, mas não pagará as despesas do processo.”²⁴

Nesse ponto, é fundamental compreender que a garantia constitucional à assistência judicial gratuita não pode se limitar ao patrocínio por procurador remunerado pelo Estado, no caso do processo civil estrito senso, ou pela assistência sindical, mas também precisa abarcar as custas do processo.

Por essa razão registro importante ensinamento dos professores Mauro Cappelletti e Bryant Garth, ao afirmarem que “mesmo aqueles que estão habilitados a pagar pelos serviços de um advogado, muitas vezes não podem, economicamente, propor (e, arriscar perder) uma pequena causa. Logo, os advogados pagos pelo governo também não se dão ao luxo de levar adiante esses casos”.²⁵

No processo do trabalho, a **Assistência Judiciária Gratuita** no que se refere a regular representação por um procurador se dá por meio do **Sindicato da Categoria Profissional**, como estabelece o **artigo 14 da Lei nº 5.584/70**.²⁶

Já o **Benefício da Justiça Gratuita** é disciplinado pelos artigos **790, §3º e §4º da CLT**, bem como pelo **artigo 99 do Código de Processo Civil de 2015**.²⁷

²³ SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017, IN nº 41/2018 do TST e a Lei da Liberdade Econômica – Lei nº 13.874/2019**. São Paulo: LTr. 2020, p. 416.

²⁴ SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017, IN nº 41/2018 do TST e a Lei da Liberdade Econômica – Lei nº 13.874/2019**. São Paulo: LTr. 2020, p. 416.

²⁵ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 18.

²⁶ SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017, IN nº 41/2018 do TST e a Lei da Liberdade Econômica – Lei nº 13.874/2019**. São Paulo: LTr. 2020, p. 417.

²⁷ SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017, IN nº 41/2018 do TST e a Lei da Liberdade Econômica – Lei nº 13.874/2019**. São Paulo: LTr. 2020, p. 417.

Nesse ponto, é fundamental reconhecer a importância do **método interpretativo sistemático**, acima referenciado, uma vez que a compreensão dos dispositivos legais citados precisa ser realizada a partir de um processo hermenêutico organizado e concatenado de modo a evitar leituras isoladas, herméticas e parciais.

Para melhor compreensão de tal método, valho-me do esolío do professor Dr. Carlos Henrique Bezerra Leite:

“Este método parte da premissa de que **as normas não existem isoladamente**. Antes, formam um conjunto, um sistema, que **exige uma relação de coerência entre elas**.

(...)

O método sistemático exige amplo conhecimento das normas (regras e princípios) que integram o ordenamento jurídico, pois **o exame sistemático de umas pode desvendar o sentido de outras**. Além disso, **verificando as normas conjuntamente é possível compreender o todo**.²⁸ (Grifos acrescidos)

Nesse ponto, o método de interpretação sistemático remete o operador do Direito Processual do Trabalho primordialmente ao texto constitucional e, de forma conjunta, também aos dispositivos do Código de Processo Civil de 2015, além de, por óbvio, à Consolidação das Leis do Trabalho.

A respeito do diploma processual civil como fonte normativa do Processo do Trabalho e sua importância em um cenário que exige uma “heterointegração (diálogo das fontes)”, para utilizar a expressão do Dr. Carlos Henrique Bezerra Leite, cabem alguns de seus apontamentos doutrinários importantes:

“Ademais, **o art. 8º do CPC/2015 consagra a necessidade de heterointegração (diálogo das fontes)**, ou seja, a inevitabilidade de os magistrados, ao aplicarem as normas atenderem ‘aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.’

O Novo CPC, além de albergar os princípios constitucionais, consagra também outros princípios específicos do processo que devem ser interpretados em

²⁸ BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Manual de Processo do Trabalho**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, 6ª Edição, p. 59.

sintonia com a Constituição, quais sejam: o princípio da demanda (art. 2º), bem como **os princípios do acesso à justiça (art. 3º)**, da tempestividade da tutela jurisdicional (art. 4º), da cooperação (art. 6º), **da igualdade processual (art. 7º)**, da probidade processual (arts. 5º, 79, 81), da inalterabilidade da demanda (Arts. 141 e 342), **da instrumentalidade das formas (art. 283)**, da eventualidade (art. 336), da impugnação especificada (Art. 341), da busca da verdade real (art. 375), do livre convencimento motivado do juiz (art. 371 e 372) e o da preclusão (arts. 63, §4º, 104, 209, §2º, 278, 293 e 507).

Assim, **diante da dimensão principiológica do novo diploma processual, torna-se indispensável a sua aplicação, em alguns casos, no processo do trabalho (...)**

Daí a importância do **art. 15 do Novo CPC segundo o qual na 'ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código serão aplicadas supletiva e subsidiariamente'**.

Assim, de acordo com o preceptivo em causa, **a aplicação subsidiária do Novo CPC ocorrerá nas hipóteses de lacuna total e a aplicação supletiva nas hipóteses de lacuna parcial da norma processual trabalhista.**²⁹ (Grifos acrescidos)

Nesse ponto, é basilar a leitura do que dispõe os parágrafos 3º e 4º do artigo 790 da CLT, in verbis:

Art. 790. Nas Varas do Trabalho, nos Juízos de Direito, nos Tribunais e no Tribunal Superior do Trabalho, a forma de pagamento das custas e emolumentos obedecerá às instruções que serão expedidas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

(...)

§ 3º É **facultado aos juízes**, órgãos julgadores e presidentes dos tribunais do trabalho **de qualquer instância conceder, a requerimento ou de ofício, o benefício da justiça gratuita**, inclusive quanto a traslados e instrumentos, **àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.** [\(Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

§ 4º **O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que comprovar insuficiência de recursos para o**

²⁹ BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Manual de Processo do Trabalho**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, 6ª Edição, p. 50.

pagamento das custas do processo. [\(Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017\)](#)

Pela interpretação jurídica do artigo 790 da CLT é possível extrair duas hipóteses de concessão do benefício da justiça gratuita.

A primeira hipótese está prevista no **parágrafo 3º** do artigo 790 da CLT e apresenta uma **presunção absoluta** (*iuris et de iure* – “de direito e por direito”) de hipossuficiência capaz de gerar a concessão do benefício da justiça gratuita, inclusive, de ofício, sem a necessidade de prova. Isso porque o legislador considerou que a percepção de salário igual ou inferior a 40% do teto do benefício da Previdência Social é dado fático suficiente a demonstrar a hipossuficiência econômica da parte para fazer frente a custas e emolumentos processuais. Inclusive a possibilidade de sua concessão de ofício pelo magistrado, sem a possibilidade de um recurso imediato, reforça essa compreensão.

Por sua vez, o **parágrafo 4º** do artigo 790 da CLT já prevê, de forma residual para todas as demais hipóteses não abarcadas pelo §3º, uma **presunção relativa** (*iuris tantum*) da condição de hipossuficiência, o que exige necessariamente **requisição por parte do interessado** em usufruir do benefício da justiça gratuita. Como consequência da presunção relativa, caberá prova em contrário do estado de insuficiência de recursos para arcar com as custas do processo.

Porém, é possível constatar que **a forma de requerer o benefício da justiça gratuita quando a renda da parte pessoa natural for superior a 40% do teto do benefício da Previdência Social não encontra seu detalhamento no teor do parágrafo 4º do artigo 790 da CLT**, sendo dever do intérprete buscar **complementar seu sentido com outras normas processuais vigentes.**

Nesse ponto, cumpre retomar a importância da **interpretação sistemática** e o valor da **heterointegração (diálogo das fontes)**, para utilizar a expressão de Carlos Henrique Bezerra Leite.

Como se vislumbra na jurisprudência deste Eg. Tribunal Superior do Trabalho, cuidadosamente pesquisada e colacionada no voto divergente do Exmo. Ministro Balazeiro, **o parágrafo 4º do artigo 790 da CLT é interpretado de forma sistemática e conjunta com o artigo 99, caput e §3º, do Código de Processo Civil de 2015**, o qual dispõe:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

(...)

§ 3º **Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.**

Interpretando de forma sistemática a exigência do §4º do artigo 790 da CLT com seu complemento disposto no artigo 99, caput e §3º do CPC, é possível concluir que **a comprovação da hipossuficiência econômica pode ser apresentada na forma de alegação em peça processual**, quando requerido o benefício da justiça gratuita **por pessoa natural**.

Esse processo hermenêutico encontra respaldo em balizada doutrina do professor Dr. Mauro Schiavi, ao afirmar que:

“De nossa parte, **a declaração de pobreza firmada pelo próprio empregado, sob as ‘consequências da lei’ é suficiente para comprovar a insuficiência econômica do empregado e o deferimento dos benefícios da justiça gratuita.** Caso haja impugnação, o Juiz do Trabalho poderá exigir do trabalhador outros documentos, como juntada pela CTPS, declaração de imposto de renda etc.

Nesse sentido, **pensamos ser aplicável, subsidiariamente** (arts. 769 da CLT e 15 do CPC) **ao processo do trabalho o art. 99 do CPC**, que mantém a mesma sistemática da Lei nº 1.060/50.”³⁰ (Grifos acrescentados)

Essa conclusão interpretativa decorre da aplicação tanto do **princípio da inafastabilidade do acesso à jurisdição**, quanto do amparo do Estado ao hipossuficiente para obter uma prestação jurisdicional na forma de **Justiça Gratuita** – princípios constitucionais elencados na forma de direitos fundamentais no artigo 5º, incisos XXXV e LXXIV, da Constituição -, quanto dos princípios processuais dispostos no CPC/15 e aplicáveis a todos os ramos de Direito Processual, quais sejam: **princípio do acesso à Justiça** e **princípio da instrumentalidade das formas**.

O **princípio do acesso à Justiça**, previsto no *caput* do artigo 3º do CPC/15, está intrinsecamente relacionado ao **direito à assistência judiciária gratuita**, quando se trata de possibilidade de requerer uma prestação

³⁰ SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho: de acordo com a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017, IN nº 41/2018 do TST e a Lei da Liberdade Econômica – Lei nº 13.874/2019**. São Paulo: LTr. 2020, p. 418.

jurisdicional envolvendo **verba alimentar pleiteada pelo trabalhador, parte hipossuficiente não só na relação de Direito Material, como também na relação processual.**

Não é possível acessar o Poder Judiciário para pleitear verba de natureza alimentar, como salário, se a parte não possui recursos financeiros suficientes para arcar com os custos envolvidos em um processo judicial. **Quando os recursos financeiros são limitados, o indivíduo vive uma condição de sobrevivência que o obriga a priorizar suas necessidades básicas e restringe seu poder de escolha, acabando por excluir a opção de acionar a Justiça do Trabalho.**

Assim, para que limitações financeiras não configurem um óbice para que o trabalhador tenha sua demanda apreciada pela Justiça do Trabalho, a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Civil de 2015 e a Consolidação das Leis do Trabalho previram de forma redundante e enfática a concessão do Benefício da Justiça Gratuita a pessoa natural mediante mera autodeclaração.

Se o objetivo do processo do trabalho é democratizar o acesso à justiça e garantir uma efetiva prestação jurisdicional sem criar embaraços ao trabalhador comum e sua família, não se pode impor rigidez na interpretação dos critérios legais para a concessão do Benefício da Justiça Gratuita.

Isso porque se o próprio Direito Processual Civil, ao reger relações em que se vislumbra como premissa uma maior condição de igualdade entre as partes litigantes, não criou maiores barreiras para a concessão do benefício da Justiça Gratuita, quanto mais o Direito Processual do Trabalho, que conta com um desnível material entre suas partes no processo, não poderia criar requisitos a mais para a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa natural.

A gênese democrática da própria Justiça do Trabalho preza pelo **princípio da instrumentalidade das formas**, que também é comum ao processo civil tradicional. Como reforço doutrinário, colaciona a definição do Dr. Carlos Henrique Bezerra Leite:

“O processo deve ser instrumento de Justiça, e não um fim em si mesmo. É por meio dele que o Estado presta a jurisdição, dirimindo conflitos, promovendo a pacificação e a segurança dos jurisdicionados.

Nesse sentido é que se diz que **o processo deve estar a serviço do direito material, e não o contrário**. O processo é meio, é instrumento, é método de realização do direito material.

Princípio da instrumentalidade, também chamado de princípio da finalidade, é aquele segundo o qual, quando a lei prescrever ao ato determinada forma, sem cominar nulidade, o juiz consignará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade”.³¹ (Grifos acrescentados)

Quando se passa a exigir uma documentação mais elaborada para demonstrar a condição de hipossuficiência, prioriza-se a forma em detrimento do acesso a uma prestação jurisdicional. A partir da aplicação do **princípio da instrumentalidade das formas**, é possível aceitar a **autodeclaração do estado de hipossuficiência como instrumento apto a demonstrar condição necessária para a concessão do Benefício da Justiça Gratuita**. E como todo meio de prova, a autodeclaração poderá, em momento oportuno, ser confrontada com outras provas a serem apresentadas em juízo, pois a presunção de sua veracidade é relativa (*iures tantum*).

Nessa mesma linha, é fundamental reconhecer a aplicação do **princípio da simplicidade** ao processo do trabalho e, especificamente, ao caso concreto em análise. Mais uma vez cabe a citação do ilustre professor Dr. Carlos Henrique Bezerra Leite, em sua definição do princípio:

“O princípio da simplicidade das formas decorre dos princípios da instrumentalidade e da oralidade, já estudados nas linhas pretéritas (item 2.1.11), sendo objetivo de todo sistema processual tornar mais simples o acesso à jurisdição, seja ela civil, penal ou trabalhista.

Os juizados especiais cíveis e criminais são exemplos da aplicação do princípio da simplicidade. **As raízes deontológicas e fenomenológicas desses órgãos da justiça comum provêm da Justiça do Trabalho e do direito processual do trabalho”**.³² (Grifos acrescentados)

³¹ BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Manual de Processo do Trabalho**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, 6ª Edição, pp. 29-30.

³² BEZERRA LEITE, Carlos Henrique. **Manual de Processo do Trabalho**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, 6ª Edição, p. 46..

Nessa mesma toada, são os ensinamentos dos renomados processualistas internacionais Mauro Cappelletti e Bryant Garth, ao tratarem das sete ondas renovatórias do acesso à Justiça e abordarem a importância da simplificação do Direito para fins de se democratizar o acesso à Justiça. Assim, cito-os diretamente:

“Nosso Direito é freqüentemente complicado e, se não em todas, pelo menos na maior parte das áreas, ainda permanecerá assim. Precisamos reconhecer, porém, que ainda subsistem amplos setores nos quais a simplificação é tanto desejável quanto possível (381). Se a lei é mais compreensível, ela se torna mais acessível às pessoas comuns. **No contexto do movimento de acesso à justiça, a simplificação também diz respeito à tentativa de tornar mais fácil que as pessoas satisfaçam as exigências para a utilização de determinado remédio jurídico.** Os exemplos mais destacados de uma solução simplificada são o movimento amplo em direção do divórcio "sem culpa" (382) e, pelo menos em certo número de lugares, o movimento pela responsabilidade civil objetiva (383). Padrões substantivos mudaram de modo a fazer com que indagações sobre culpa sejam dispensadas. Elas se tornaram irrelevantes para o desenlace da causa, trazendo como resultado a redução dos custos e da duração do litígio, além de diminuir a sobrecarga de trabalho dos tribunais (384). Será suficiente mostrar as virtudes desse enfoque, citando uma pesquisa recente que cobriu os dois primeiros anos de funcionamento do bem conhecido plano pioneiro de responsabilidade objetiva por acidentes, posto em prática na Nova Zelândia. Segundo o Professor Geoffrey Palmer:

A principal impressão que se tira da leitura das decisões é a de sua extrema simplicidade. Há poucos casos que não sejam resolvidos em duas ou três laudas datilografadas. A armadura completa do tipo de julgamento ao estilo Westminster foi abolida. Não existe mística nem encenação teatral a respeito da nova lei de acidentes. No entanto, muitas pessoas que não obtiveram qualquer resultado sob o velho sistema, estão sendo compensadas, e depressa. (385)

As vantagens da simplificação para determinado tipo de causas não precisam ser limitadas às de divórcio ou responsabilidade civil por acidentes.³³ (Grifos acrescidos)

Para usar a expressão de Cappelletti e Garth, é fundamental simplificar os meios de prova para que os hipossuficientes “satisfaçam as exigências para a utilização de determinado remédio jurídico”³⁴, qual seja, a obtenção do benefício da Justiça Gratuita, se o objetivo é garantir um efetivo acesso à Justiça e a obtenção de uma prestação jurisdicional adequada.

Ainda partindo dessas mesmas premissas com o olhar especial para o processo do trabalho, o magistrado e professor Jorge Luiz Souto Maior e a pesquisadora, professora e magistrada Dra. Valdete Souto Severo defendem que a Justiça do Trabalho tem enorme potencial como promotora da democracia, mas para tanto é fundamental que determinados parâmetros sejam definidos para sua atuação, de forma a não impedir que a classe trabalhadora tenha suas demandas consideradas.³⁵ Nesse sentido, explicam:

“O uso da Justiça do Trabalho como instrumento de estímulo à renúncia sistemática de direitos ou de aplicação invertida das regras trabalhistas, para o efeito de impedir o acesso ao Poder Judiciário, demonstra que não é suficiente construir uma instituição que dê lugar de fala à classe trabalhadora.

É indispensável compreendê-la como espaço para o exercício da cidadania, que não se esgota com a conquista de um discurso político comprometido com a inclusão social, mas sim com a efetiva alteração na distribuição da riqueza e consequente redução das desigualdades nas condições concretas de vida.³⁶ (Grifos acrescidos)

³³ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 55.

³⁴ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Nothfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988, p. 55.

³⁵ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. SEVERO, Valdete Souto. A Justiça do Trabalho como instrumento de Democracia. In: **Revista direto e Práxis. 11(04), outubro/dezembro de 2020**. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50494>> Acesso em 08/03/2024.

³⁶ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. SEVERO, Valdete Souto. A Justiça do Trabalho como instrumento de Democracia. In: **Revista direto e Práxis. 11(04), outubro/dezembro de 2020**. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50494>> Acesso em 08/03/2024.

Tratando de forma bastante específica sobre a questão do benefício da justiça gratuita, referidos juristas argumentam sobre o perigo de uma interpretação isolada do §3º do artigo 790 da CLT, de modo a restringir a concessão de um direito de modo a obstar, ao fim e ao cabo, o próprio acesso à Justiça do Trabalho. *In verbis*:

“A inserção, no artigo 790, de um § 3o, no sentido de que o benefício da justiça gratuita poderá ser alcançado apenas àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social também veda acesso à justiça. (...) A disposição enxertada no § 4o do mesmo artigo 790, no sentido de que "somente no caso em que o beneficiário da justiça gratuita não tenha obtido em juízo créditos capazes de suportar a despesa referida no caput, ainda que em outro processo, a União responderá pelo encargo", é igualmente incompatível com a própria noção de gratuidade que, aliás, é decorrência lógica da proteção. **Aqui há uma questão ainda mais grave. Os créditos trabalhistas servem à sobrevivência física.** São, pois, de natureza alimentar. Logo, não podem ser compensados.”³⁷ (Grifos acrescentados)

Nesse contexto, é elementar refletir sobre qual tipo de processo do trabalho é capaz de atender ao princípio democrático de acesso à jurisdição, para que não se desdobrem construções hermenêuticas a fim de restringir sobremaneira as hipóteses de concessão do Benefício da Justiça Gratuita, ainda que pela roupagem dos rigores da prova processual a ser produzida ou das necessidades técnicas para se requerer tal benefício.

Essa preocupação acentua-se mais ainda no Direito Processual do Trabalho, que é regido pelos **princípios da instrumentalidade das formas e da simplicidade**, os quais autorizam, em certa medida, que **a autodeclaração de hipossuficiência possa ser considerada prova** para fins de concessão do Benefício da Justiça Gratuita.

³⁷ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. SEVERO, Valdete Souto. A Justiça do Trabalho como instrumento de Democracia. In: **Revista direto e Práxis. 11(04), outubro/dezembro de 2020.** Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/50494>> Acesso em 08/03/2024.

Como já foi dito anteriormente, o próprio processo civil também é pautado pelo **princípio da instrumentalidade das formas**, positivado de forma expressa e clara no **artigo 283 do Código de Processo Civil de 2015**.

Como decorrência lógica de toda essa construção hermenêutica, o Eg. Superior Tribunal de Justiça tem aplicado de forma simplificada a disposição do artigo 99, *caput* e §3º, do CPC para a concessão do Benefício da Justiça Gratuita, considerando como presunção *iuris tantum* a autodeclaração de hipossuficiência da pessoa natural. Vejam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. RECONSIDERAÇÃO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA FÍSICA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. RECORRENTE. OFICIAL REFORMADO DA POLÍCIA MILITAR E ADVOGADO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA INDEFERIDA NA ORIGEM. CONFIRMAÇÃO PELO TRIBUNAL APÓS ANÁLISE DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. **Em se tratando de pessoa natural, há presunção juris tantum de que quem pleiteia o benefício não possui condições de arcar com as despesas do processo sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família.** Tal presunção, contudo, é relativa, podendo o magistrado indeferir o pedido de justiça gratuita se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente. Precedentes. Súmula 83/STJ.

2. No caso, o Tribunal de Justiça, examinando a situação patrimonial e financeira da parte requerente, Oficial Reformado da Polícia Militar, atuando, hodiernamente, como empresário e advogado, concluiu haver elementos suficientes para afastar a declaração de hipossuficiência, indeferindo, por isso, o benefício da justiça gratuita.

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em nova análise, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp n. 2.408.264/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 30/10/2023, DJe de 9/11/2023.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO

DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. RECONSIDERAÇÃO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA FÍSICA. HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO LEGAL. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PRESUNÇÃO LEGAL FAVORÁVEL. SÚMULA 481/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A parte recorrente apontou, nas razões do recurso especial, os dispositivos de lei federal supostamente violados, razão pela qual deve ser reconsiderada a decisão proferida pela em. Presidência do STJ.

2. **No caso concreto, a Corte de origem indeferiu o pedido de gratuidade de justiça, com amparo apenas na falta de comprovação da hipossuficiência da pessoa natural, situação que contraria a presunção legal prevista no art. 99, § 3º, do CPC.**

3. Por outro lado, nos termos da jurisprudência desta Corte, a concessão do benefício de gratuidade da justiça a pessoa jurídica, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, recuperação judicial ou sem fins lucrativos, somente é possível quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, inexistindo, em seu favor, presunção de insuficiência de recursos. Súmula 481/STJ.

4. Agravo interno provido para conhecer do agravo e dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de conceder os benefícios da justiça gratuita apenas à pessoa física.

(Aglnt nos EDcl no AREsp n. 2.249.458/SP, **relator Ministro Raul Araújo**, Quarta Turma, julgado em 5/6/2023, DJe de 13/6/2023.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. PESSOA FÍSICA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. PESSOA JURÍDICA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A concessão do benefício da gratuidade de justiça à pessoa jurídica está condicionada à prova da hipossuficiência, conforme o preceito da Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça.

2. No caso, as instâncias ordinárias concluíram que não ficou demonstrada a impossibilidade de a agravante pessoa jurídica arcar com os encargos processuais.

3. Para a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa física basta a declaração, feita pelo interessado, de não reunir situação econômica que permita vir a juízo, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

4. A declaração de hipossuficiência firma em favor da pessoa física a presunção juris tantum de necessidade, a qual só poderá ser elidida diante de prova em contrário, o que na hipótese não ocorreu.

5. Agravo interno provido para conhecer do agravo e dar parcial provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp n. 1.675.896/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/8/2022, DJe de 26/8/2022. – grifos acrescentados)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE PROVA DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. SÚMULA 481/STJ. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FIRMADA PELOS RECORRENTES, PESSOAS FÍSICAS. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a concessão do benefício de gratuidade da justiça a pessoa jurídica somente é possível quando comprovada a precariedade de sua situação financeira, inexistindo, em seu favor, presunção de insuficiência de recursos. Súmula 481/STJ.

2. O Tribunal de origem reconheceu que não foi comprovada a alegada insuficiência de recursos para arcar com as custas processuais pela pessoa jurídica, de modo que não é possível o deferimento do benefício de gratuidade de justiça pleiteado.

3. No caso, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

4. Por outro lado, é assente o entendimento deste Sodalício de que a simples declaração de pobreza, firmada por pessoa física, tem presunção juris tantum, bastando, a princípio, o requerimento, sem necessária comprovação prévia, para que lhe seja concedido o benefício da assistência judiciária gratuita. Precedentes.

5. Agravo interno parcialmente provido, para deferir o benefício da justiça gratuita aos recorrentes pessoas físicas indicados.

(Aglnt no AREsp n. 1.995.577/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 25/4/2022, DJe de 24/5/2022.)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. **É assente na jurisprudência do STJ que a simples declaração de hipossuficiência da pessoa natural, ainda que dotada de presunção iuris tantum, é suficiente ao deferimento do pedido de gratuidade de justiça quando não ilidida por outros elementos dos autos.**

2. A revisão do entendimento do aresto hostilizado no tocante à ausência de elementos comprobatórios da alteração da situação econômica esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ, uma vez que o Tribunal de origem decidiu a questão com base na realidade fático-probatório dos autos.

3. Agravo interno desprovido.

(Aglnt no AREsp n. 1.886.076/RN, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 11/10/2021, DJe de 22/10/2021. – grifos acrescentados)

Por todo o exposto, **acompanho integralmente a divergência instaurada pelo Exmo. Ministro Balazeiro**, aderindo, inclusive, ao inteiro teor de todas as quatro teses jurídicas por ele apresentadas.

LIANA CHAIB

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho